

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Trab. Cent
3453
(c)

EDNALDO RÉGIO DE LIMA

**URBANISMO E VIOLÊNCIA: ROUBO SEGUIDO DE MORTE-
(LATROCÍNIO) – UBERLÂNDIA - 1998 - 2002.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS

Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Cep 38400-902 - Uberlândia - M. G. - Brasil

**UNIVERSIDADE FERDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

2006

3453
S.9(c)

EDNALDO RÉGIO DE LIMA

URBANISMO E VIOLÊNCIA: ROUBO SEGUIDO DE MORTE-
(LATROCÍNIO) – UBERLÂNDIA - 1998 - 2002.

Monografia apresentada ao Curso de graduação em história, do instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profª Drª Vera Lúcia Puga .

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
2006

Monografia defendida e aprovada, em _____ de Fevereiro de 2007, pela Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga

Examinador: Prof. M.S Miguel Rodrigues de Sousa Neto

Examinadora: Prof. M.S. Jeanne Silva

*Dedico este trabalho a todos aqueles que me
incentivaram e contribuíram com o meu
sucesso.*

Agradecimentos

Citar nomes no sentido de agradecimento é correr o risco de se perder no tempo e na memória, esquecendo assim o nome de alguém que foi muito importante para a realização deste trabalho. Desde já peço desculpas se por ventura esquecer o nome de alguém.

Primeiramente agradeço a Deus, por permitir que eu completasse mais uma etapa de minha vida, perante tantos obstáculos.

Ao meu pai Antônio e minha mãe Vilma, pelo apoio nos momentos difíceis em minha vida.

Ao meu filho Igor e minha namorada Denise, pela ausência em momentos importantes de suas vidas.

A Vera Puga, minha orientadora, pela dedicação, cobrança e paciência, enfim por ter me auxiliado durante a elaboração deste trabalho. Sem a sua compreensão este trabalho não se concretizaria. Muito obrigado.

Ao João Batista pela presteza e amizade, sempre pronto a atender quem o solicita apoio.

À Banca Examinadora que disponibilizou o seu precioso tempo em prol deste trabalho, e pelas indicações que com certeza irão contribuir para o futuro desta pesquisa.

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração deste trabalho.

*“Tratar os iguais com igualdade e os
desiguais com desigualdade na medida em que
se desigalam”*

(Rui Barbosa, 1994)

RESUMO

A violência tem tomado um grande espaço na mídia e suscitado inúmeras discussões entre as pessoas comuns. Em qualquer região do país o medo de sofrer qualquer tipo de violência compõe o cotidiano da sociedade. Este trabalho monográfico propõe discutir dois casos de latrocínio ocorridos na cidade de Uberlândia, como forma de nos ajudar a compreender a maneira de atuação do Poder Judiciário e a reação da sociedade.

Para além da demonização dos envolvidos no crime, o momento é oportuno para pensarmos a formação e o funcionamento das nossas instituições, fazendo referência a uma nação marcada pela desigualdade social e ausência de projetos políticos, situação caótica que tem propiciado um quadro desolador de insegurança e terror.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA E A CRIAÇÃO DA ONG “REAÇÃO”	15
1.1- A regulamentação da violência	16
1.2- A Morte de dois estudantes e a criação da “(Re)Ação.....	20
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA E VIOLÊNCIA: CAMINHOS ENTRECruzADOS.....	27
2.1- A Cultura da violência brasileira	28
2.2- Outra Vítima do Latrocínio: adeus à Edilberto Siqueira Prado	31
2.3- Onde estão as raízes da violência?	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
FONTES.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

O tema da violência tem se tornado um tema proeminente para a sociedade como um todo. Ainda que os meios de comunicação tenham explorado bastante esta temática, sabemos que a violência, considerando seus diversos graus e possibilidades, não é resultado da contemporaneidade, assim como, os recursos repressivos àqueles que cometem o delito. Em qualquer época é possível perceber que a classe dominante elaborou aparatos de leis para manter a ordem estabelecida, coibindo assim, o roubo, o assassinato, entre outros. Até mesmo os *Dez Mandamentos* contidos na Bíblia, foi, por que não dizer, um regimento elaborado pelo patriarca Moisés, como forma de manter a ordem da nova civilização que tentava fundar e, que depois se tornou uma das mais duradouras que conhecemos até hoje.

Nosso objetivo específico é abordar o crime de latrocínio¹ na cidade de Uberlândia no período de 1998 à 2002, onde a prática desta ocorrência alarmou a população pela ousadia dos criminosos. A análise de dois crimes de latrocínio ocorridos na cidade de Uberlândia, um em 1998 e o outro em 2002, será nosso objeto de análise na medida em nos permita enxergar uma cidade em movimento, interpretando as relações constituídas, a reação dos habitantes em relação à criminalidade, à sua capacidade de se organizar, podendo nos revelar também a maneira pela qual o poder público, a polícia e a população disputam os espaços na cidade e como se interagem.

A importância deste trabalho aparece quando procuramos desvelar como que, a partir de um crime, as pessoas se posicionam dependendo do grupo social da qual fazem parte, a participação da mídia, o trabalho da Justiça, desde a atuação das Polícias Militar e Civil, até a conclusão do Processo no Fórum, o papel da Prefeitura Municipal no trato com a violência, entre outros.

É preciso considerar fundamentalmente um espaço urbano contraditório, evitando cair no discurso veiculado pelas elites políticas e empresarias de que a cidade é progressista,

¹ [Do lat. latrocinium.] S. m. 1. Roubo ou extorsão violenta, à mão armada. 2. Crime contra o patrimônio que consiste em apossar-se de coisa alheia mediante violência que resulta na morte da vítima: NOVO AURÉLIO: O Dicionário da Língua Portuguesa Século XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

ordeira, constituída de um povo trabalhador. Esperamos contribuir de forma valorativa no desenvolvimento deste trabalho com o intuito de oferecer subsídios a uma reflexão quanto à violência em nossa cidade, percebendo como as relações sociais são construídas.

O exemplo do judaísmo não pode ser mais relevante para tentarmos compreender o sentido da lei para um povo. Como uma lei deve estar associada à ética, à religiosidade, à cultura, enfim, aos modos de vida da população? A lei não está relacionada apenas a um sentido ético, mas existe uma moral, uma sensibilidade que lados, regulados e vividos tais categorias. Segundo Jeanne Silva,

Cada sociedade, a partir dos seus ideais, conflitos e possibilidades busca as respostas que considera apropriadas para os problemas por ela vivenciados. À lei, enquanto norma positivada, cumpre o papel de reger relações de direito entre as partes, tendo também a função de garantir a aplicação do direito. O direito, por sua vez, também é um conceito com a sua própria historicidade. Daí a necessidade de compreendê-lo, situando-o em contextos históricos e sociais. Cada sociedade, a partir da temporalidade e contexto, formula diferentes representações do direito.²

Portanto, a aplicação das leis se diferenciara dependendo das pessoas que as manipulam, não se constituindo, assim, de uma atividade isenta, imparcial. É preciso reconhecer as pessoas que participam deste imenso aparato judiciário, questionando suas funções, suas ações. *Tais relações são constituídas, dentro da esfera judicial, por uma luta de interesses materiais e simbólicos dos agentes envolvidos.*³

Para a autora Dulce Chaves Pandolfi⁴, estas categorias de análises apresentadas, principalmente no que se refere à idéia de *cidadania* e *direito*, são significativas para a vida das pessoas na medida em que compreendem o seu valor e a sua eficácia. Deste modo, é imprescindível a participação destes sujeitos na cobrança de seus direitos, exigindo que se cumpra o que é determinado por lei, assim como também compreendam e pratiquem as suas obrigações. Para esta autora, as injustiças estão fortemente relacionadas com a ignorância da população diante das leis que regulam a nação, deixando de reivindicar, com isso, as melhorias para a sua região. O que é pior, vendo seus direitos cassados, presenciando a

² SILVA, Jeanne. **Sob o Jugo/Jogo da Lei: confronto histórico entre Direito e Justiça**. Uberlândia: Edufu, 2006, p. 16.

³ Ibidem, p. 18

⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. Percepção dos direitos e participação social. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; e outros (org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

impunidade, cai em descrença com o poder institucional, que por sua vez, também defende os interesses de uma pequena elite, promovendo o aumento da criminalidade e da corrupção.

Por este viés, podemos dizer que as soluções aos problemas são marcadas por jogos de interesse, por relações de clientelismo, estabelecidos por uma condição sócio-econômica de que alguns estariam acima da lei. Esta análise cunhada por Sérgio Buarque de Holanda se tornou clássica e quase que obrigatória para compreendermos profundamente a cultura brasileira do *homem cordial*, segundo o qual o que menos vale no Brasil é a lei e sim a hierarquia em que está inserido. Nesta magnífica perspectiva de análise, o autor percebe que esta construção histórica cultural de que as obras dependem de trocas de favores é extremamente danosa, pois não permite um bom funcionamento das instituições democráticas e a criação de um projeto social eficaz ao desenvolvimento do país.⁵

Se os meios de comunicação destacam que a violência brasileira tem crescido vertiginosamente, como parte da própria condição humana e da própria vida em sociedade, por outro lado, ela é a maior beneficiada deste fato. Nunca se vendeu tanta manchete sobre a temática, a programação diária é pensada no intuito de atender e também difundir um sentimento de verdade e de justiça. Encontrar um conceito de violência é, por sua vez, um exercício de reflexão complexo, considerando que sua gênese e desenvolvimento está fragmentada, ou seja, não é possível pensar a violência como uma via de mão única.

Conforme Nilo Odália:

A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem.⁶

Nesse sentido observamos que a violência passa de um ato circunstancial para um ato diário, vivido por todos, mesmo os que não estejam sendo afetados diretamente por ela. Nilo Odália também discute o papel dos meios de comunicação, dizendo:

A televisão, o rádio, o cinema, o jornal, são elementos do cotidiano. Sua presença constante, a intimidade que sugere, leva-nos a consumir suas

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶ ODÁLIA, Nilo, *O que é Violência*, 6ª ed. S.P: Brasiliense, 1991.

verdades como se fossem nossas, despoja-nos do poder de crítica e habitua-nos a passividade.⁷

Dando continuidade às suas discussões o autor sugere que tomemos um jornal diário, e a partir daí devemos tentar identificar e designar cada uma das violências nele registradas; fazendo isso daremos um passo no sentido de entender que a violência se manifesta nos mínimos detalhes. Seguindo essa linha de raciocínio concordo com o autor e acrescento que os meios de comunicação têm suas vantagens e desvantagens em relação à violência, pois quando noticiam certo tipo de crime está por um lado alertando a população para que casos semelhantes não ocorram, e por lado está servindo de instrução para outros marginais.

Sobre a violência e qual a solução para o seu término, Hermes Ferraz pensa o tratamento dispensado à violência por parte da imprensa e dos estudiosos. Segundo sua perspectiva de análise, no *termo genérico violência designamos aqui todos os atos lesivos aos interesses individuais e sociais, que sejam eles reconhecidos pelo direito ou não*.⁸

A imprensa falada, escrita e televisionada, segundo o autor, dedica enorme atenção à violência, não com o intuito de eliminá-la, ou minorar suas conseqüências, mas para o deleite do ouvinte, leitor ou telespectador, explorando a índole destes por sua admiração ao épico, ao acontecimento-manchete, com o fim de atrair a atenção do público a suas colunas e programas.⁹

Cada especialista tende a ver o mundo do ponto de vista de sua profissão, e quando um problema complexo surge, como este da violência, nenhum deles consegue vislumbrar a solução, porque as causas da violência não se situam nas áreas da sociologia, do direito e da psiquiatria, mas sim, no âmbito da organização física da cidade.¹⁰ As questões colocadas pelo autor são importantes, pois nos instiga a questionar o papel desenvolvido pela imprensa, que para ele explora a violência, objetivando audiência, e não contribuindo para minorar suas conseqüências. Referente à questão dos estudiosos a interpretação do autor é pertinente, visto que cada especialista possui um olhar diferente em relação à violência, no entanto a solução a meu ver está numa melhor distribuição de renda, e num programa social que favoreça aos que vivem hoje em situação de completo abandono.

⁷ Idem

⁸ FERRAZ, Hermes. *A Violência Urbana*. S.P: Ed. João Scortecchi, 1994.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

As relações de dominação, identificadas no passado, continuam a vigorar firmemente até hoje, marcando as diferenças na sociedade, originando relações assimétricas hierarquizadas, que implicam que a vontade de uns seja submetida a outros. Essa relação de desigualdade não é um fenômeno novo nem estranho à sociedade. Desse ponto de vista, pode-se assegurar, sem exageros, que todos os membros da sociedade - homens e mulheres, adultos e crianças - foram e têm sido objeto de violência em algum momento de suas vidas.

A violência não se expressa apenas nas relações entre classes sociais, ela se materializa também nas relações interpessoais, nas relações cotidianas nas quais grupos de pessoas também são submetidos à vontade de outros, estabelecem relações de poderes e buscam o tempo inteiro reconhecimento do grupo que vivem.

A sociedade moderna brasileira não dá mostras de superação dessa forma aparentemente atrasada de solucionar seus conflitos; ao contrário, tende a revitalizá-la e reproduzi-la. As relações de dominação continuam a vigorar firmemente, marcando as diferenças na sociedade que originam relações de desigualdade.

Segundo Silveira: *a vida de uma cidade se dá a ler em suas ruas, suas praças, suas casas e edifícios. Ela está impressa em cada um desses lugares.*¹¹ Nesse contexto fica claro que disciplinar o espaço urbano de Uberlândia era o objetivo dos representantes políticos e dos empresários de Uberlândia, no período de fúria desenvolvimentista desde os anos 70. Era preciso determinar o lugar a ser ocupado por cada camada social, de maneira a não prejudicar a “beleza exterior” da “cidade maravilhosa”. Para transformar essa cidade de contradições no melhor lugar do mundo para se viver, sem favelas, sem mendigos e desempregados, era preciso criar um discurso alienador, e segregar sua população, determinando inclusive qual escola, qual clube, qual cinema uma pessoa poderia frequentar.

A escolha do tempo Cronológico está marcada pela dimensão que o tema alcançou nos últimos anos em nosso país, e pelo fato de que nesse período houve um grande aumento no número de latrocínios em Uberlândia. A alternativa de trabalhar com os dois processos em questão referentes ao crime de latrocínio se justifica primeiramente pela minha participação na sua investigação enquanto policial militar, a prisão dos envolvidos e a manifestação da família em um dos crimes e a mobilização que conseguiram realizar acerca da criminalidade na cidade de Uberlândia.

¹¹ SILVEIRA, Anny Jakeline Torres. A cerca da leitura das cidades. In: Varia História, B.H, set/96, n. 16, p.79.

Uma questão inicial marca o desenvolvimento da pesquisa: como proceder com a pesquisa sendo um policial e dar conta de explicitar não só as organizações criminosas, mas as estruturas sociais degradantes existentes em diversos setores da nossa sociedade. Se sabemos que a violência não é um lugar comum apenas aos criminosos, e que é necessário compreender os tantos caminhos que levam alguém a cometer um delito, como então, uma pessoa com a minha formação profissional pode lidar com situações quando envolve a violência de policiais, as técnicas utilizadas de coerção e torturas que, por mais que a corporação tente apagar, elas estão escancaradas na mídia e na cabeça das inúmeras pessoas vítimas da ação policial. Só a violência patrocinada por policiais daria um trabalho e não é objetivo deste trabalho dar ênfase a esta temática, embora seja necessário considerar alguns casos quando for necessário.

A construção dos capítulos foi pensada, essencialmente, a partir dos dois processos-crimes referidos. No primeiro capítulo tentou-se explorar o caso de latrocínio envolvendo dois estudantes, seqüestrados no centro de Uberlândia e que, após terem sido roubados, quando já não representavam nenhuma resistência aos seus algozes, foram executados.

O capítulo posterior privilegia outro caso de latrocínio, agora envolvendo um dono de uma lotérica, no bairro Marta Helena. A escolha dos dois processos em questão não foi feita de maneira aleatória e, nem representa, por sua vez, um caso isolado praticado na cidade de Uberlândia. O meu envolvimento nestes dois casos foi fundamental na escolha da temática a ser pesquisada e os caminhos diferenciados que um e outro processo tomou. No caso do assassinato dos estudantes, houve uma mobilização por parte dos familiares de trazer à população uberlandense toda a problemática envolvendo a violência.

CAPÍTULO 1

A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA E A CRIAÇÃO DA ONG “(RE)AÇÃO”

CAPÍTULO 1 – A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA E A CRIAÇÃO DA ONG “REAÇÃO”

1.1 - A regulamentação da violência

A violência tem sido o foco de discussão principal na mídia e no poder público, obtendo uma ressonância nos mais diversos setores da sociedade. Em Minas Gerais a discussão envolvendo a violência não poderia ser diferente do que acontece no resto do país. Toda vez que se discute violência, essa manifestação ganha destaque, mas é preciso ir além dos clichês sobre a criminalidade violenta e examinar com mais precisão o foco dos criminosos e das vítimas, que estão intrinsecamente ligados às ocorrências nos grandes centros urbanos como Belo Horizonte, Contagem, Betim, Governador Valadares, Uberlândia, Uberaba etc.

Em Uberlândia, as conseqüências do crescimento populacional acelerado, não acompanhado de projetos sociais, propiciaram um elevado número na taxa de criminalidade. Ainda que já tenhamos aprendido que a criminalidade não está diretamente relacionada com a pobreza, sabemos, porém que o descaso do Estado, do poder público e dos empresários são agravante para este aumento. A violência não nasce com um assalto, um seqüestro, um assassinato, mas é, em verdade, resultado de um processo anterior. O próprio delito é resultado de um processo complexo que escancara a sociedade contraditória da qual estamos inseridos. Porque não dizer que as infrações são espelhos do modo de viver da população. Este é um primeiro ponto para avançarmos nesta reflexão. Se a violência é um processo construído historicamente como buscar o seu veio que nos permite adentrarmos na sua gênese, na sua formação. Sabemos que se trata de uma tarefa difícilima, ou até impossível, mas é de fundamental importância deixar de considerá-la de maneira superficial como tem feito os meios de comunicação.

Nos últimos quatro anos, só para se ter uma idéia, o Município cresceu 13,7%. O total de habitantes saltou de 501,2 mil para 570 mil, índice bem superior à média nacional e o maior entre as grandes cidades mineiras. No intento de atrair investimentos ao local, propagandas exaltando como um bom local para se investir acaba atraindo pessoas de outras

localidades. Com quase nenhuma política social, produto da própria contradição capitalista de acumulação e com o desemprego cada vez maior, o resultado não podia ser outro: Uberlândia é uma das cidades mais violentas de Minas Gerais.

Em população, o Município é o terceiro maior do Estado, mas também ocupa a mesma posição no ranking de criminalidade, ficando atrás somente de Belo Horizonte e Contagem. Há uma verdadeira escalada na quantidade de crimes violentos (homicídios tentados e consumados, estupros, seqüestros e roubos). Em 2000, foram 9,5 casos para cada grupo de mil habitantes; em 2003, o total subiu para 12,69.¹

Se compararmos com Juiz de Fora, Uberlândia tem hoje a metade do efetivo de policiais militares e um índice de criminalidade quatro vezes maior, contrasta o chefe do Estado Maior da 9ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, major Walterly Alves de Sousa. A cidade da Zona da Mata, segundo os dados do IBGE, tem cerca de 479 mil habitantes e ocupa a 27ª posição no ranking mineiro. Esta prerrogativa é clara no sentido de apontar que a solução para o fim da violência não é o aumento da coerção e da repressão. Quanto mais se investem em segurança, aumentando o número de policiais, blindando carros e casas, mais a criminalidade mostra suas facetas.

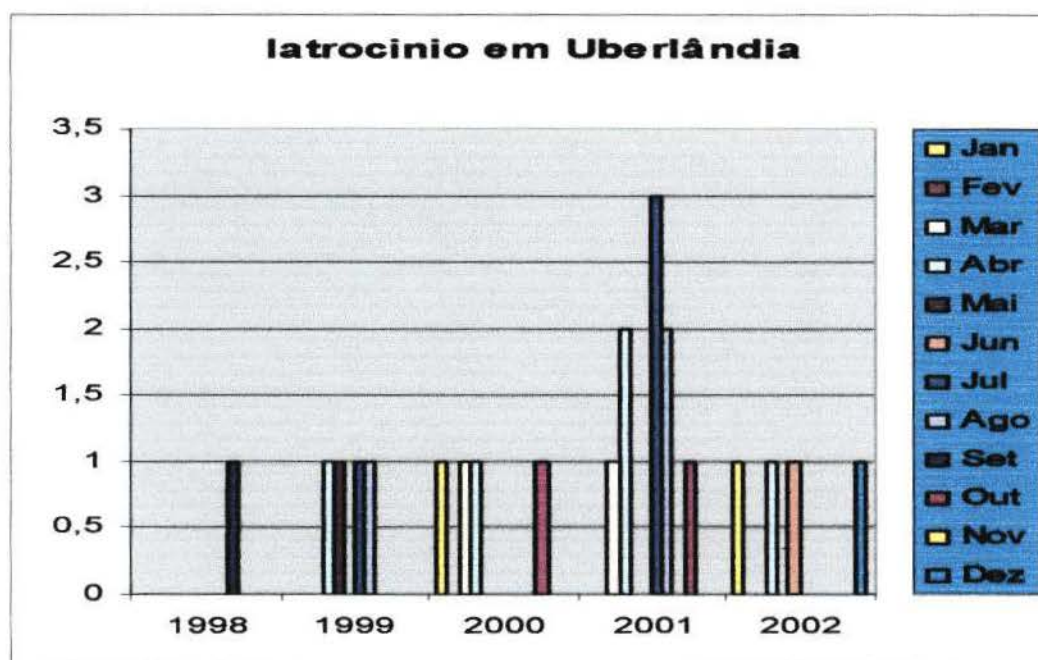
Até setembro de 2004, ocorreram 47 homicídios e 4.411 roubos a mão armada, que somados a outros tipos de delitos, totalizaram 6.544 crimes violentos em Uberlândia. Em 2000, quando a população era menor cerca de 68,8 mil habitantes, houve 4.498 ocorrências de destaque. *O maior problema são crimes contra o patrimônio*, avalia o major.²

Os dados levantados com a ajuda da polícia Militar nos revelam uma crescente preocupação, com a criminalidade e ousadia de delinquentes que transgridem barreiras com o intuito de dilacerar infrações contra o patrimônio e contra a vida de pessoas inocentes.

Observemos o gráfico abaixo como demonstrativo da evolução do latrocínio em Uberlândia.

¹ FERNANDES, Arthur Jornal. Crescimento é motivo de preocupação. *Correio de Uberlândia*. 28/11/2004. p. 2B.

² Ibidem



Fonte: Polícia Militar/MG

A maioria dos projetos políticos, ainda que fique só na intenção, apontam a importância de se investir no número de policiais nas ruas, a construção de presídios, enfim, projetos voltados para o controle. É preciso se atentar para as incontáveis ausências de projetos sociais no Brasil, crianças que desde cedo precisam tentar ganhar algum trocado para ajudar no sustento da família; a ineficiência de políticas educacionais, somada ao elevado número de desemprego. Tudo isto ocasiona uma profunda crise nas instituições brasileiras: o descrédito e o sentimento de impunidade por parte da população surgida pelo não cumprimento da lei, além, é caro, de verem seus direitos de cidadãos não serem nunca sacramentados.

Há muito se acreditava que a relação de violência tinha uma correlação direta com a desigualdade social. Muitos entrariam para o crime por estarem privado das necessidades básicas de sobrevivência. Esta teoria não consegue explicar com profundidade a realidade, uma vez que países com desigualdade ainda mais contrastante do que o Brasil têm índices de criminalidade bem menores como é o caso da Índia e a maioria dos países africanos. Não quer dizer que não devamos lutar contra as injustiças sociais, mas entender que a problemática da violência é complexa e que tem raízes na sua constituição cultural, política e econômica.

Essa realidade somada ao consumismo que tomou conta das grandes cidades, principalmente, nestes nos últimos 30 anos faz com que jovens troquem uma vida de trabalho

duro e mal pago pela certeza de uma vida curta, mas com muita emoção e capacidade de consumir. Consumir drogas, roupas melhores e tênis de marca, impressionar as mulheres, levar mais dinheiro para o barraco. Além do dinheiro fácil para o consumo, há um desejo de poder. Poder para ser respeitado e temido pela comunidade ou ser apontado como um chefe benfeitor e justiceiro. Essa possibilidade fica mais notável pela falta de projetos sociais por parte do Estado, corrupção de setores da polícia somado a ações violentas. Não há postos de saúde, creches e escolas ou alternativas de lazer. Por isto mesmo, cresce o papel de liderança dos traficantes na comunidade que se aproveitam do descrédito da população nas instituições, da impunidade que impera nas classes abastadas. As comunidades, no entanto, segregam-se, elaborando suas próprias leis de convivência.

O interesse deste trabalho é considerar que a violência está dissipada nos mais variados segmentos da sociedade e talvez o erro maior daqueles que se atêm a estudar os processos de violência em nossa sociedade, é pensar a violência só no âmbito da criminalidade e o que é pior, os crimes cometidos por pessoas de baixa renda. A própria escolha da temática deste trabalho é sair deste universo maniqueísta e tão pouco contraproducente.

1.2 - A Morte de dois estudantes e a criação da “(Re)Ação.

Em 21 de Setembro de 1998, por volta de 00:30h, teve início em Uberlândia-MG, mais um capítulo, dentre tantos outros que os antecedeu e tantos outros que serão escritos posteriormente, com a morte do estudante de Administração de Empresas Breno da Silva Batista e do estudante de Engenharia Elétrica Ângelo Naves Vicente. Os adolescentes foram abordados inicialmente na Rua Goiás, entre a Avenida Floriano Peixoto e a Avenida Afonso Pena, quando saíam do London Pub Bar. Posteriormente foram colocados em seu próprio veículo e levados até a Zona Rural, numa localidade conhecida como Ponte de Arame. Segundo consta nos autos do processo, as duas vítimas, depois do roubo, teriam sido obrigadas a abandonar o veículo para serem executadas.

Este crime, a partir do que foi relatado, mostra que os dois estudantes foram assassinados quando já não representavam uma ameaça direta aos assaltantes, a não ser pela possibilidade de serem testemunhas do crime.

Sabemos que o latrocínio não é apenas um gesto desesperado de sobrevivência por parte dos criminosos, quando se sentem ameaçados pela sua vítima. É preciso ir mais além e refletirmos sobre as ações que circundam o universo do criminoso. É necessário debruçarmos acerca destes códigos de comportamentos construídos culturalmente por grupos e facções marginais, entendendo a maneira como empregam a violência e o sentido que isto tem para suas vidas.

A partir da minha experiência, trabalhando com o crime, o que também pode ser verificado nos diversos trabalhos acadêmicos que discutem a temática da criminalidade, é perceptível a trajetória de um indivíduo quando decide atuar como criminoso. Há etapas de “trabalhos” em que ele começa como informante. Neste período a pessoa iniciante se depara com a estrutura criminosa montada, seja em um grupo de traficantes de entorpecentes, ou de assaltantes, até o momento da participação do primeiro delito. Finalmente, o seu “batismo” no crime se dá quando mata alguém.

Algumas obras cinematográficas também retratam este universo do qual me refiro. Em *Cidade de Deus*³, comandando o tráfico de drogas no local, determinada facção leva uma

³ CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: Miramax. 2002. 1 DVD (130 min), son.,color.

criança para realizar sua primeira execução. Neste caso as mortes eram aplicadas a quem não seguisse as determinações imputadas pelos traficantes, o que acaba sendo a própria lei da comunidade. Um filme também marcante para a época e que se tornou um clássico do cinema brasileiro foi *O Pixote – a lei dos mais fracos*⁴. Nesta película fica evidente o aliciamento de menores de idade no crime, por não encontrarem outra perspectiva de trabalho. O crime alimentado pela estrutura social excludente, por uma instituição construtora da violência como é o caso da FEBEM e as diversas prisões de menores existentes no país e, não poderíamos deixar de citar, segmentos da própria polícia corrupta que em muito contribui com a criminalidade.

O desaparecimento dos estudantes em Uberlândia causou forte agitação por parte da população de Uberlândia e mobilizou um grande número de policiais militares e civis para o esclarecimento do fato. Após intensas buscas pela cidade a Polícia Militar localizou abandonado na Rua Antônio Bento Rodrigues, n. 05, no Bairro Santa Luzia, o veículo de propriedade das vítimas. As buscas policiais foram intensificadas e, por volta das 22:00h, do dia 21 de setembro de 1998, uma equipe da Polícia Civil composta pelos detetives José Moreira de Freitas, Ronaldo Gonçalves de Oliveira, José Roberto Pereira e Áquila Rodrigues da Silva, localizou um forte suspeito do seqüestro com o nome de Clenio Kenedy de Almeida, que mais tarde viera a confessar ser um dos autores do crime, delatando, em seguida, seus colegas e o local onde as vítimas haviam sido executadas e abandonadas.

Prosseguindo com as investigações os detetives localizaram o menor infrator Tiago Ramos, sendo localizado em sua residência um par de calçado marca 775, que segundo foi apurado, se tratava do mesmo calçado usado por uma das vítimas. Nessa mesma data os policiais encontraram os corpos das vítimas tampados com galhos e folhas.

Em seu depoimento na Delegacia de Polícia o autor Clenio Kenedy de Almeida dá detalhes do crime, dizendo:

[...] que encontrou com o menor Tiago Ramos e com Gladison Talmi da Silva, por volta das 00:30h do dia vinte e um de setembro do corrente ano, ocasião em que os mesmos encontravam na conhecida “Praça da Bicota”, no centro desta cidade; que Gladison encontrava-se armado com uma pistola, não sabendo precisar marca e nem calibre; que todos os três combinaram de roubar um veículo; que saíram da referida praça e tomaram rumo a Rua Goiás, local onde depararam com as vítimas abrindo o veículo de marca GM

⁴ PIXOTE – a Lei do mais Fraco. Direção: Hector Babenco. Brasil: Embrafilme, 1980. 1 filme (127 min), son., color.

Corsa, de cor preta; que Gladison abordou as vítimas de arma em punho e anunciou o “assalto”; que renderam as vítimas as quais foram colocadas no banco traseiro do veículo...⁵

O menor infrator Tiago Ramos em seu depoimento na Delegacia de Polícia Civil dá detalhes do ocorrido dizendo que após renderem as vítimas:

[...] Gladison tomou a direção do veículo e o informante ocupou o banco do passageiro, ocasião em que Gladison lhe passou a pistola; que Clenio foi no banco traseiro junto com as vítimas; que Gladison tomou direção a conhecida “ponte de arame”; que conversaram com as vítimas durante o percurso, as quais pediam que nada lhe fizessem; que Gladison parou o veículo em frente da “ponte de arame” cerca de quinhentos metros, em uma estrada vicinal a direita; que desceram todos do veículo, ocasião em que Gladison pediu a arma de volta; que roubaram R\$60,00 em dinheiro e os relógios das vítimas; que em seguida entraram no veículo e Gladison virou o mesmo, ocasião em que acreditou que iriam embora, contudo Gladison parou o veículo e desceu já de arma em punho e sem nada dizer já foi atirando contra as vítimas, matando as duas...⁶

Vale ressaltar dados e trechos do depoimento de uma testemunha no Inquérito Policial, devido sua profissão e a empresa em que trabalhava, ficando claro a posição e influência das famílias das vítimas na sociedade uberlandense. A testemunha é Paulo Sérgio Canfore, com a profissão de Agente de Segurança Pessoal do Grupo ABC Algar. Em seu depoimento Paulo diz:

[...] que tomou conhecimento através da diretoria da empresa do desaparecimento das vítimas Ângelo Naves Vicente e Breno Silva Batista, ocasião em que solicitavam apoio na localização destas pessoas...⁷

Em 30/09/98, Gladison foi interrogado na Delegacia de Polícia Civil, onde confessa o crime, narra o acontecido e tenta justificar da seguinte forma:

[...] que é amasiado e encontrava-se passando por dificuldade financeira, ocasião em que juntou-se ao indiciado Clenio Kenedy de Almeida, no intuito de

⁵ Processo nº 702.980.099.854 , p. 06.

⁶ Ibidem, p. 08.

⁷ Ibidem, p. 05.

praticarem roubos nesta cidade, visando levantar dinheiro...”⁸ “...que o proprietário do veículo (a vítima Breno) desceu do lado do declarante, o qual de arma em punho, mesmo antes que a vítima ajeitasse seu corpo, efetuou um disparo contra a mesma, a qual subitamente caiu ao solo; que imediatamente foi em direção a outra vítima (Ângelo), o qual encontrava-se do outro lado do veículo e abaixou após o declarante efetuar o disparo contra a primeira vítima; que o declarante mandou com que (Ângelo) levantasse e esse obedeceu, momento em que efetuou um disparo contra esta vítima, a qual tentou se proteger com as mãos, contudo foi alvejado e caiu ao solo; que em seguida o declarante juntamente com seus comparsas rastaram os corpos das vítimas e jogaram em um local que não seriam facilmente descobertos; que o declarante rastou a vítima Breno, sendo ajudado por Clenio, enquanto Tiago rastou sozinho a vítima Ângelo; que o declarante retornou até o veículo e perguntou para Tiago aonde que encontrava-se a vítima Ângelo, pois tinha pressentido que havia errado o tiro contra aludida vítima; que falou para Tiago que era necessário dar outro tiro contra a referida vítima, sendo que o próprio declarante foi até o local onde a vítima encontrava-se e efetuou um novo disparo...”⁹

No relatório final do Inquérito Policial, datado de 02 de outubro de 1998, o Delegado diz:

[...] há de ressaltar que os dois jovens tiveram morte violenta e desnecessária, já que em momento algum esboçaram qualquer reação contra os meliantes. Destarte ressaltar que se trata de um crime que provocou comoção social, já que as vítimas eram tidas por todos os que conheciam como jovens pacatos, humildes e estudiosos. Dois jovens que tiveram suas vidas estirpadas em plena juventude. Dois jovens sem hábitos, já que não fumavam e nem bebiam. Jovens estes que eram queridos por todos os que conheciam.¹⁰

No curso do processo o réu Clenio Kenedy de Almeida, preso na Colônia Penal de Uberlândia, redigiu uma carta endereçada ao Juiz, solicitando a permanência carcerária, pois estava com medo de ser transferido juntamente com Gladison para a Penitenciária de Contagem. Veja alguns trechos da carta:

[...] Meretíssimo como é de vosso conhecimento não tirei a vida de ninguém. Olha meretissimo eu nunca imaginava participar de um crime tão bárbaro no qual me encontro. Mas queria pedir a compreensão de vosso meretissimo

⁸ Processo nº 702.980.099.854 , p. 58.

⁹ Ibidem, p. 60.

¹⁰ Ibidem, p. 088.

para que não me transfira junto ao Gladison, pois ele esta me culpando por estar preso e está querendo tirar minha vida.¹¹

Os autores Gladison e Clenio apresentaram algumas testemunhas em Juízo, mas estas falaram apenas da vida pregressa dos autores, pois em relação ao fato nada falaram, até mesmo porque nada presenciaram e porque a materialidade do crime era incontestável.

Na sentença o Juiz decidiu que os réus estavam sendo processados pelo cometimento de duplo latrocínio, com circunstâncias agravantes, em concurso material, ocultação de cadáveres e corrupção de menores, todos em concurso material, praticados em concurso de agentes, pois abordaram as vítimas Breno e Ângelo, subtraindo-lhes objetos e valores, matando-os, ocultado seus cadáveres e corrompendo o adolescente Tiago. Ao final da sentença o Juiz condenou Gladison Talmi da Silva às penas de cinquenta e sete anos de reclusão e às penas de oitenta e dois dias-multa. Clenio Kenedy de Almeida foi condenado às penas de quarenta e nove anos de reclusão e às penas de cinquenta e sete dias-multa; ambos em regimes prisionais fechados. Houve apelação por parte do defensor público, advogado Dr. Antônio Pereira dos Santos. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais aceitou em parte a apelação dos acusados. O assistente do Ministério Público, Sr. Ulismir Zanetta Vicente, através de seu advogado Dr. Antônio Caixeta Ribeiro, apresenta contra-razoes de apelação ao Ministério Público, fazendo vários elogios à pessoa do Promotor de Justiça Marco Aurélio:

[...] Nunca Marco Aurélio desrespeitou um Magistrado, um jurado, uma pessoa do povo, um advogado. Ao contrário, trata todos com respeito e urbanidade.¹²

Ao final pede improvimento da apelação, no qual o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concedeu provimentos parciais ao recurso, fixando as penas a serem cumpridas pelos réus em quarenta e nove anos e seis meses de reclusão, em regime fechado, e trinta e cinco dias-multa para Gladison Talmi da Silva, e quarenta e um anos de reclusão, em regime fechado, e vinte e três dias-multa para Clenio Kenedy de Almeida.

¹¹ Ibidem, p. 342.

¹² Ibidem, p. 337.

Como pôde a polícia e a Justiça atuar com tamanha rapidez, uma vez que o fato ocorreu em 21 de setembro de 1998, e nessa mesma data parte dos criminosos já estava presa? No dia 23 do mesmo mês o Delegado já havia solicitado ao Juiz a prisão preventiva de Gladison Talmi da Silva que se encontrava foragido, sendo a prisão decretada no mesmo dia, o que normalmente não acontece com diversos casos. Extraordinariamente, Gladison é preso em 30 de setembro daquele ano, na Cidade de Ribeirão Preto/SP, prestando depoimento na Delegacia de Polícia Civil. No dia 2 de outubro o Delegado encerra o Inquérito Policial, e em 12 de novembro o Juiz dá a sentença final. Mesmo havendo a apelação por parte dos réus, o processo é finalizado em 27/04/99.

Este processo criminal e a rapidez com que foi conduzido nos dá elementos bastante ricos para pensarmos as relações sociais estabelecidas, a maneira como atuam, vivem e se fazem reconhecer. O que está em jogo não é apenas o sucesso do desfecho do crime, mas também a mobilização que as famílias da vítima conseguem projetar. O que seria mais um crime, dos tantos que enchem as páginas policiais, gerou, nas mãos dos divulgadores do crime, um sentimento de insatisfação além do casual. Foi a partir daí que, após a morte dos estudantes, surgiu em Uberlândia o “Movimento Uberlândia diz Basta”, um movimento “gritando” por providências na área de segurança. Esse movimento levou às ruas mais de cinco mil pessoas, numa passeata silenciosa e pacífica, tendo por finalidade a reivindicação de segurança imediata para a população.

Em um abaixo assinado reivindicando segurança o movimento colheu milhares de assinaturas, posteriormente cópias foram encaminhadas às Autoridades Militares, Municipal e ao Governo do Estado de Minas Gerais. Em novembro de 1998, o “Movimento Uberlândia diz Basta”, em Assembléia Geral, constituiu uma ONG denominada REAÇÃO-Organização Brasileira Contra a Violência, com finalidade de desenvolver ações junto à comunidade que visem combater e prevenir atos de violência. Parte deste trabalho vem se concretizando com a apresentação de importantes propostas em âmbito Municipal e Nacional, com o empenho de melhorar a segurança e qualidade de vida do cidadão, coibindo a violência urbana. Veja algumas campanhas realizadas pela ONG (RE)AÇÃO:

- Divulgação permanente do número dos telefones do Disque-Denúncia 3236-9009/3238-1288 ou 147, através da mídia local, de outdoor, adesivos para carros, placas fixas, camisetas, revistas, etc.

- Conscientização da Paz, através de mensagens, artigos em revistas e jornais, camisetas, botons, etiquetas adesivas e panfletos.
- Apóio às Polícias Militar e civil em projetos para melhor equipá-las, somando ações para a melhoria da Segurança na cidade, tais como: contribuição na reforma da sede do 32º batalhão.
- Veiculação através da mídia local de 04 Tape Institucionais: “Não se Omita”, “União”, “Palhaços de Pedra”, “Chaplin”, com o objetivo de incentivar o cidadão a exercer a cidadania, de divulgar os números dos telefones do Disque-Denúncia e de combater as drogas, implantando a cultura da responsabilidade, sobretudo, incentivando a participação e solidariedade da comunidade.
- Instalação de 12 caixas para coleta de denúncias escritas anônimas, nos terminais rodoviários da cidade.
- Distribuição de 170.000 (cento e setenta mil) panfletos à comunidade, através dos leitores da conta de energia elétrica, instruindo-a quanto a maneira de denunciar, incentivando o cidadão a exercer a cidadania.
- Assistência psicológica às vítimas de violência através de convênio com a Coordenação do Curso de Psicologia da UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

A realização das ações da Reação vem sendo possível mediante apóio de segmentos da sociedade, de parcerias empresariais, da contribuição de sócios, do trabalho de voluntários, do Apóio da Prefeitura Municipal, de escolas, de entidades afins, da UFU, da UNITRI, da CEMIG, das Polícias Civil e Militar, do DMAE, de vereadores e deputados e da mídia em geral. Os parceiros institucionais da Reação garantem a realização de projetos e campanhas.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA E VIOLÊNCIA: CAMINHOS
ENTRECRUZADOS.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA E VIOLÊNCIA: CAMINHOS ENTRECruzADOS.

2.1 - A Cultura da violência brasileira

Como funciona o sistema penal no Brasil, desde o momento da investigação de um crime até a condenação do réu? É bem verdade que cada caso apresenta as suas especificidades e a atuação da polícia e dos promotores terão desfechos diferenciados. No início do mês de fevereiro de 2007, o país ficou estarecido diante da morte de um menino de seis anos que foi arrastado pelos assaltantes há aproximadamente quinze quilômetros. Depois de roubarem o carro, obrigando os ocupantes a abandonarem o veículo, não se preocuparam com o fato de que havia uma criança presa no banco de trás, preso ao sinto de segurança. O crime comoveu o país, mais pela indiferença dos assaltantes. Não estava em questão apenas o roubo, mas a completa indiferença com a vida humana.

Muitos dos códigos de honra defendidos pela marginalidade têm uma característica que vai além da apropriação de bens dos outros, mas das atividades que os fazem serem reconhecidos pelo grupo, pela comunidade, se impondo. Assim, alguns casos de assaltos, de tiroteios com a polícia, o poder, que há muito se denominou paralelo, nos permitem entender a maneira pela qual estes grupos se impõem, buscam reconhecimento na comunidade.

Por outro lado, há algumas ações criminosas que não são toleradas nem mesmo pelos bandidos, como é o caso do crime anteriormente citado, envolvendo o garoto de seis anos de idade. Este imaginário está, por exemplo, representado na obra de Dráusio Varela, em *O Carandiru*, também registrado na obra cinematográfica dirigida por Hector Babenco, com o mesmo nome do livro. A morte imputada à vítima quando feita de maneira covarde, significa a pena de morte para os infratores, quando estes mesmos forem presos. Normalmente, estes prisioneiros são colocados em celas especiais, quando os policiais também não coadunam com uma punição mais severa da que foi estabelecida pela Lei oficial.

Fica claro, ao menos quando nos referimos ao Brasil, que há um poder paralelo, leis que interagem com a oficial e que, muitas das vezes, é alimentado por ela. Este jeitinho brasileiro em ir levando, descreditado em relação às instituições cada vez mais corruptas,

torna o Estado impotente no combate ao crime, uma vez que é ele próprio cúmplice da criminalidade, ou pior das hipóteses, o Estado mesmo o seu gerador.

Muitos especialistas se arvoram em explicar a violência, dizendo que sua solução seria aumentar a repressão, aumentando o número de policiais. Esta perspectiva de análise é pobre e não busca compreender a formação cultural do brasileiro. Segundo aponta Gilberto Freyre, a percepção do que é o Brasil precisa ser recuperada desde o momento da sua colonização e a maneira como a política no país fora instituída. Sobre a construção cultural do nosso regime político e cultural, é importante considerar que:

[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em “princípio de Autoridade” ou “defesa da Ordem”. Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e da Democracia – é o que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens: as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de culturas, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente e muitos respeitos a intercomunicação entre as duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.¹³

Em uma outra perspectiva de análise Paulo Prado define o brasileiro como um povo triste, sofrido. A herança cultural dos portugueses era por demais maléfica à nossa formação sócio-cultural. É este autor o responsável a utilizar pela primeira vez o conceito *aventureiro*, bem conhecido nas reflexões de Sérgio Buarque de Holanda, que seria a marca do povo português na época das navegações, característica marcada pela audácia, de imaginação ardente, sonhador, livre. Para este autor, os cruzamentos raciais, o clima quente e, Portugal vindo de crises econômicas profundas, promoveu a degenerescência deste povo europeu, que seria o responsável pela colonização brasileira. Sob este ponto de vista, em relação aos descendentes portugueses, Paulo Prado coloca que:

¹³ FREYRE, Gilberto, **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983, p. 87.

(...) Ao primeiro contato com o ambiente físico e social do seu exílio, novas influências, das mais variadas espécies, dele se apoderariam e o transformariam num ente novo, nem igual nem diferente do que partira da mãe-pátria. Dominavam-no dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíam como cúmplices – já dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual. (...) Desses excessos de vida sensual ficaram traços indeléveis no caráter brasileiro.¹⁴

Paulo Prado é bastante influenciado pelo positivismo e racionalismo preponderante da classe intelectual da época. Suas análises têm forte relação com as teorias eugênicas que, não via com bons olhos, o cruzamento racial. Segundo sua percepção, o brasileiro era melancólico, doente fisicamente, subnutrido, o que determinava a sua falta de perspectiva e de iniciativa de se construir um projeto de desenvolvimento para o país.

Neste caminho seguido por Paulo, o autor Oliveira Vianna¹⁵ também entende o herança perniciosa das instituições brasileiras, responsável por atravancar o processo de desenvolvimento do país. A impunidade existente no país é que leva mais e mais à infração. Segundo ele, o Estado precisa impor, pelo uso da lei, o bom comportamento que, só assim, com o tempo, as pessoas passariam a agir assim com naturalidade. Oliveira Vianna foi bastante amaldiçoado pelos intelectuais brasileiros por atuar no governo ditatorial de Getúlio Vargas, mas as suas reflexões ainda são pertinentes, não no sentido de que seja a verdade, mas de alguém que se preocupou em estudar o Brasil.

A autora Jeanne Silva, em seu trabalho **Sob o jugo/jogo da lei**, nos coloca a maneira como a elite forja um espaço de defesa dos seus interesses e estabelecem códigos de comportamento exemplar. Esta noção cunhada pela autora é pertinente quando nos alerta da enganosa imparcialidade do Poder Judiciário, apontando ainda que:

O mundo do direito, por meio de seus juristas e operadores, constrói em seu arcabouço uma representação de mundo, forjando conceitos gerais e amplos de democracia, cidadania, justiça; conceitos esses difundidos em toda rede social, mas que, em contrapartida, também são afetados por todas as práticas vivenciadas nessa mesma malha social. Assim, ao mesmo tempo em que rege mudanças, o direito sofre os impactos das variações e dos conflitos existentes.¹⁶

¹⁴ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

¹⁵ VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. (vol. 2). Belo Horizonte/São Paulo/Rio de Janeiro: Itatiaia/Edusp/Eduff, 1978.

¹⁶ SILVA, Jeanne. Op. cit., p. 46.

2.2 - Outra Vítima do Latrocínio: um adeus à Edilberto Siqueira Prado

No dia 22 de janeiro de 2002 ocorreu outro caso de latrocínio, desta vez a vítima era Edilberto Siqueira Prado, sendo levando do mesmo uma quantia superior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) após assassiná-lo em sua residência, no Bairro Marta Helena, os quais Clodoaldo Ferreira Filho, vulgo “nego bala”, Vinicius Ramos, Cleiton Machado de Freitas e Altair Alves Moreira foram indiciados pelo crime.

O assalto à casa lotérica ocorreu por volta das 7h30 de terça-feira. O comerciante Edilberto Siqueira Prado, que morava num prédio, em cuja parte de baixo funcionava a casa lotérica, desceu para pegar o carro e se dirigir à Caixa Econômica Federal para depositar o dinheiro arrecadado no dia anterior. Quando abria o portão, ele foi rendido pelos motoqueiros.

Edilberto Siqueira Prado foi o segundo dono de casa lotérica assassinado em Uberlândia, o primeiro caso foi registrado no dia 31 de outubro de 1998, ocasião em que o comerciante Henrique Durval de Oliveira, 28 anos, foi morto com um tiro na testa, dentro de seu comércio, invadido por dois motoqueiros. Segundo a polícia, um dos acusados teria pegado o dinheiro e na saída atirou.

Instaurado o Inquérito Policial, um dos suspeitos foi localizado pela polícia, o qual após ser preso confessou o crime e delatou os demais envolvidos, tais como Clodoaldo Ferreira Filho, Marcela Ferreira dos Santos e Altair Alves Moreira.

Altair Alves Moreira, que teria sido o informante dos assaltantes, é vigilante e trabalha numa empresa que presta serviços de segurança para agências bancárias. Segundo a polícia, ele conhecia o comerciante e se encarregava de passar a sua rotina aos comparsas, como, por exemplo, o horário em que ele saía para depositar o dinheiro na Caixa Econômica.

Segundo a versão apresentada pelos acusados, Clodoaldo teria convidado Vinicius após uma análise do local feita na companhia de sua namorada, e de obter as informações necessárias com um segurança da Caixa Econômica Federal, Altair Alves Moreira, a praticar o assalto naquele local.

Durante o assalto a vítima foi morta por um dos autores, que posteriormente se evadiram procurando refúgio em suas casas. Segundo consta ainda nos autos do processo, o dinheiro foi dividido entre os autores que aproveitaram para comprar roupas, calçados, e até uma motocicleta que também foi apreendida.

Segundo a namorada de Clodoaldo, um dos autores do crime, o mesmo teria lhe mostrado o dinheiro e depois pedido de volta, pois iria enterrá-lo, o que de fato fez. Porém, logo quando ia dizer onde estava o dinheiro, percebeu a chegada dos policiais militares, e evadiu-se do local. Ao ser presa a namorada de Clodoaldo também confessou sua participação, no levantamento do local.

Ao iniciar-se o interrogatório na 2º vara criminal presidida pelo MM. Juiz de Direito o Dr. Joemilson Donizetti Lopes, o acusado Altair Alves Moreira respondeu:

[...] que não são verdadeiros os fatos narrados na denúncia que lhe foi lida; que cerca de dois meses e meio antes dos fatos o interrogando estava com uma roda de amigos em uma lanchonete próxima a sua residência, onde também estava o acusado Clodoaldo; que comentaram sobre os assaltos que estavam ocorrendo na cidade e que os comerciantes estavam com medo; que comentaram inclusive sobre o assalto em que foi vítima seu irmão no dia anterior; que em tom de brincadeira mencionou na conversa que havia um comerciante que fazia o depósito bancário por volta das sete horas, antes do Banco abrir; que falou inclusive que ele madrugava no Banco; que lembra de alguém perguntar em que Caixa estava trabalhando e respondeu sem a menor suspeita; que acha que foi em razão disso que alguém que estava na roda passou a seguir o comerciante; que não disse o nome do comerciante e nem que se tratava de casa lotérica.¹⁷

Ao interrogar o acusado Vinicius Ramos ele nega todas as acusações que lhe foram imputadas e ressalta:

[...] que não confirma as declarações prestadas perante autoridades policiais; que na Delegacia eles me bateram para dizer o que está contido nas declarações, que nunca foi preso ou processado antes.¹⁸

Outro envolvido, Cleiton Machado de Freitas, nega a denuncia que foi lida e ressalta que *Danilo o chamou até sua residência e lhe entregou uma arma pedindo que a guardasse, dizendo que não sabia quem havia deixado em sua residência.*¹⁹

¹⁷ Processo 702.020.007.705 2º Vara Criminal da Comarca de Uberlândia. p 127.

¹⁸ Ibidem. p 129.

No curso do inquérito foi decretada a prisão preventiva dos acusados, mas o processo foi desmembrado quanto ao acusado Clodoaldo Ferreira Filho que se encontra foragido. Os réus Vinicius, Altair e Claiton apresentaram alegações finais. Altair conseguiu a absolvição e o alvará de soltura caso estivesse preso.

O relatório do MM. Juiz de Direito descreve nos autos que os apelantes foram processados pela Justiça Pública como incursos nas iras do art. 157, § 3º, do Código Penal por ter o primeiro, juntamente com o co-réu Clodoaldo Ferreira Filho, assaltado e matado a vítima Edilberto Siqueira, para lhe subtrair a quantia de R\$18.000,00, contando com o auxílio do segundo, que ocultou a arma do crime.

O Juiz denunciou os apelantes pelo delito de latrocínio, descrito no art. 157, § 3º, do Código Penal. Houve defesa prévia dos acusados, onde foi arrolando testemunhas. Houve as alegações finais do Ministério Público, requerendo a procedência da denúncia.

A sentença guerreada, julgando consistente conjunto probatório, condenou o primeiro apelante nos termos da denúncia, desclassificando, contudo, a conduta do segundo recorrente para o crime de porte ilegal de arma - art. 10, caput, da Lei 9.437/97. Inconformados, apelam os réus, pugnando pela reforma da sentença. Devidamente intimado, o defensor apresentou as respectivas contra-razões. A Procuradoria de Justiça, através do parecer da lavra da ilustre Procuradora Dra. Maria Solange Ferreira de Moraes, opina para que seja negado provimento aos recursos.

O primeiro apelante requer sua absolvição, argumentando a fragilidade do conjunto probatório. A conclusão foi que o conjunto probatório é frágil, não devendo ensejar a condenação deste recorrente.

As provas em que se baseou a condenação do réu foram exclusivamente extrajudiciais, sedimentado de que estas não podem, isoladamente, sustentar um decreto condenatório. Nesse sentido, inclusive, posicionamento do Pretório Excelso, como consagrado no julgado a seguir transcrito:

Com efeito, a confissão extrajudicial do acusado ruiu em Juízo, onde a afirmação é firme e segura no sentido de sua inocência, atribuindo à tortura a razão pela qual assinou as declarações que lhe incriminavam. E a tortura de fato ocorreu, estando provada nos autos.

¹⁹ Ibidem, p 131.

O exame de corpo de delito, realizado após a prisão do apelante, que o réu foi agredido, per instrumento contundente, apresentando. Ademais, o próprio policial militar responsável pela prisão do primeiro apelante, Danilo Antônio Fonseca, confessou, que o réu foi preso por volta das dezenove horas e somente entregue à Delegacia da Polícia Civil no dia seguinte, pela manhã, todo machucado, como comprova a perícia supramencionada.

Ora, como dar crédito a uma confissão obtida nessas circunstâncias? Como aceitar que a polícia militar prenda o suspeito, já passada a possibilidade de flagrante delito, não o apresente à polícia civil, mantendo-o ilegalmente preso, sem lavratura do auto respectivo, durante toda a noite e o entregue todo lesionado fisicamente?

O revólver de calibre 38, apreendido foi periciado e consta do laudo não aparentava ter sido utilizado recentemente, não se comprovando ser, portanto, a arma do crime.

Em Juízo, foram ouvidas várias testemunhas, sendo que apenas duas referem-se ao primeiro apelante: Renato Gonçalves, policial militar, que alegou ter visto o acusado confessar o crime, e Danilo Antônio Fonseca, que relatou o mesmo.

O cerne da questão é que tal confissão foi fruto de tortura e não foi avalizada em Juízo por outra prova idônea. A única prova que poderia ensejar a condenação do acusado, a meu sentir, seria o depoimento de sua namorada. Todavia, esse depoimento não foi colhido em Juízo, inexplicavelmente, por uma falha do órgão titular da ação penal, que não a arrolou como testemunha.

Por outro lado, a leitura desses depoimentos, causa perplexidade porquanto, durante toda a narrativa, a depoente inocenta o acusado e, no final, faz a afirmação.

Isso posto, creio que a prova é frágil, marcada pela tortura física e psicológica, não repetida em Juízo e a absolvição do acusado é medida de justiça, a enfatizar a necessidade do emprego de meios lícitos na busca da prova e de preservação da dignidade humana e dos direitos fundamentais, seja em relação à vítima ao acusado.

Com essas considerações, foi recebido o provimento ao recurso do apelante Vinicius Ramos, para absolvê-lo da acusação de prática do crime de latrocínio e negado provimento ao recurso do apelante Cleiton Machado de Freitas.

Nos dois casos apresentados, após o encontro de um envolvido no crime, houve delação do restante dos outros comparsas. Como foi possível conseguir informações reveladoras capaz de solucionar todos os envolvidos no delito em questão? Os indiciados responderiam por estarem arrependidos do crime ou por pressão psicológica? Quais os artifícios utilizados para a delação? Houve tortura policial?

Diferentemente do caso anterior, a vítima foi morta por ter reagido, o que não quer dizer que este fato salvaria a sua vida. O que cabe destacar aqui é a especificidade de cada crime, embora tenha tido o mesmo fim.

Outro fato importante a ser destacado é o resultado final dos dois processos, ou seja, no primeiro caso os autores foram presos e condenados rapidamente, já no segundo caso a família ainda espera por justiça.

2.3 - Onde estão as raízes da violência?

Não se pode compreender a violência sem a análise de suas múltiplas causas. Verdadeiramente, trata-se de um fenômeno complexo. Defende-se a adoção no Brasil da política tolerância zero de Nova Iorque. Ora, aumentando a força da polícia, conseqüentemente, aumentará a corrupção. Em nossa realidade, maior será a repressão sofrida pelos já marginalizados pela sociedade.

Nos EUA, a tolerância zero levou ao cárcere, 1,8 milhões de pessoas. Isso pela prática de crimes menores, como falta de documento de identidade, documento falso, mendicância, embriagues etc. Não pode ser compreendida a violência sem o componente social, sem a compreensão dos conflitos humanos.

Afirma Antonio Meneghetti:

O indivíduo humano não pode viver sem a conexão social porque, independentemente de como se queira entendê-lo, o social continua sendo o todo permanente no qual se realiza o processo de individualização. É óbvio que o conceito de sistema continua permanece um apelativo de valor de tudo o que é biologia social, permanece um apelativo mais técnico, mais avançado. Poderia também dizer: qual a relação que pode existir entre a alma e a máquina, entendida como engenho, conjunto interconexo ao definitivo consente uma função? Sistema é entendido como mais partes funcionais para uma finalidade. O indivíduo é íntimo ao sistema e o sistema é íntimo ao indivíduo.²⁰

Ademais, a violência não se dá apenas contra os seres humanos, contra a sociedade. Verifica-se, enfim, um atentado contra toda e qualquer espécie de vida existente sobre a face do planeta. É urgente a reformulação ética. Sem uma mudança radical não se conseguirá a igualdade entre todos os seres vivos.

Ao refletirmos sobre a ética do uso de carne animal para a alimentação humana nas sociedades industrializadas, estamos examinando uma situação na qual um interesse humano relativamente menor deve ser confrontado com as vidas e o bem-estar dos animais envolvidos. O princípio da igual consideração de interesses não permite que os interesses maiores sejam sacrificados em função dos interesses menores.

O arrazoado contra o uso de animais para a nossa alimentação fica mais contundente nos casos em que os animais são submetidos a vidas miseráveis

²⁰ MENEGHETTI, Antonio. **Sistema e personalidade**. Trad. Alécio Vidor e Maria Tereza Albiero. Porto Alegre: Associação Brasileira de Ontopsicologia, 1994, p. 8.

para que a sua carne se torne acessível aos seres humanos ao mais baixo custo possível. As formas modernas de criação intensiva aplicam a ciência e a tecnologia de acordo com o ponto de vista segundo o qual os animais são objetos a serem usados por nós. Para que a carne chegue à mesa das pessoas a um preço acessível, a nossa sociedade tolera métodos de produção de carne que confinam animais sensíveis em condições impróprias e espaços exíguos durante toda duração de suas vidas.²¹

A violência institucionalizada pelo sistema é considerada normal. E isso é grave. Precisa-se de humildade para se proceder a uma leitura integral dos fenômenos da vida. Ninguém é portador da verdade. Ela está em todo o lugar e pode fugir se empregarmos métodos inadequados, antiquados ou desrespeitadores da complexidade da vida.

Por isso, é bom ouvir Jung, sábio em sua simplicidade:

Interesso-me sempre em ver um homem trabalhando, sua habilidade faz o encanto do trabalho. A psicoterapia é uma maneira individual – uma maneira muito humilde, sem nada de particular para mostrar. Não que eu alguma vez creia estar totalmente certo; ninguém pode afirmar isto em assuntos psicológicos. É bom nunca esquecer que em psicologia o meio pelo qual se julga e observa a psique é a própria psique. Por acaso alguém já ouviu falar de um martelo que se bata em si próprio? Na psicologia, o observador é o observado; a psique não é apenas o **objeto**, mas também o **sujeito** de nossa ciência. Como estamos vendo, trata-se de um círculo vicioso e por isso temos de ter uma modéstia incrível. O melhor que podemos esperar é que todo mundo ponha as cartas na mesa e admita: ‘Conduzo as coisas de tais e tais formas e é assim que as vejo.’ Aí poderemos comparar as experiências.²²

Há a necessidade do resgate do eu dos escombros da cultura narcisista, patriarcal, presa à sua solidão, confiante nos seus métodos. Precisa cada indivíduo se descobrir em sua individualidade e em sua totalidade.

O Ser, na sua totalidade, fica indiferente às categorias, às hierarquias, às discrepâncias dos valores existenciais, às proporções da fenomenologia existencial. A história é fenomenologia; o indivíduo, embora no interior do espírito do Ser seja identidade do uno, ao propor-se deve ter forma e esta deve ser resposta de otimização às provocações dos estímulos do ambiente, uma vez que em todo contexto ocorre uma e somente uma escolha vencedora. Para colher escolha vencedora é necessário que o indivíduo permaneça sempre fiel ao próprio circunstanciado individual, pelo qual depois está pronto para enfrentar o histórico.

Com efeito, a máxima preparação da ação vencedora permanece a constante preparação do mínimo. O mínimo corresponde exatamente ao mundo individual de cada pequeno homem. É esta a verdadeira, a real

²¹ SINGER, Peter. **Ética prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

²² JUNG, Carl Gustav. **Fundamentos da psicologia analítica**. Trad. Araceli Elman. 7ª ed. Petrópolis : Vozes, 1996, p. 117.

academia para a grande ação daquele que é o construtor real da vida, daquele que nasce diferente.²³

Todos os seres constroem a totalidade a partir de suas existências individuais, do infinito de suas vidas solitárias. A partir do reconhecimento da multidimensionalidade de cada ser caminha-se em direção à verdade.

Cada passo é importante. Cada visão é imprescindível para o resgate da humanização do conhecimento.

Contudo, deve-se ter a humildade para reconhecer que a vida se renova constantemente e que cada um é apenas uma célula do grande corpo universal, composto de bactérias e estrelas.

A verdade é que precisamos estar sempre prontos a mudar as nossas idéias para ser sinérgicos com a intencionalidade da vida; mas, para atingir esta capacidade, é preciso ser exatos consigo mesmos, isto é, ser autênticos, ter um Eu lógico-histórico capaz de se sincronizar com a intencionalidade, com os impulsos do Em Si ôntico. O Em Si consciente deve estar em constante correlação com o próprio Em Si, quer no aspecto individual, como no social. O Em Si é o único critério, a única estrada mestra.

Para quem não tem, não há problema, não existe nada, enquanto o problema já é relação de energia, já é vitalidade. A vida é maravilhosa, passam os séculos e só permanecem aquelas idéias que algumas vezes venceram; as grandes ideologias são, em certo sentido, traçados através dos quais grandes mestres venceram para todos o problema da existência, que afinal é a arte do fazer-se criativo.²⁴

A vida é mudança permanente. Se a transformação incessante não se reconhece a vida. A ética nova deverá nascer para que a violência culturalmente implantada na sociedade patriarcal seja revista.

Somente assim ter-se-á justiça, resolver-se-á o problema da fome, que tem uma grande responsabilidade no desencadeamento da violência.

O problema não é que o mundo seja capaz de produzir o suficiente para alimentar e abrigar a sua população. Nos países pobres, as pessoas consomem, em média, 180 quilos de grãos por ano, ao passo que, nos Estados Unidos, essa média é de cerca de 900 quilos. A diferença resulta do fato de que, nos países ricos, alimentamos os animais com a maior parte dos nossos grãos, transformando-os em carne, leite e ovos. Por ser este extremamente ineficaz, os habitantes dos países ricos são responsáveis pelo consumo de muito mais alimento do que os dos países pobres, que comem

²³ MENEGHETTI, Antonio. Op. cit., p.119-20.

²⁴ Ibidem., p. 107-8.

poucos produtos de origem animal. Se parássemos de alimentar os animais com grãos e com soja, a quantidade de alimento poupado seria – caso fosse distribuído aos que dele necessitam – mais do suficiente para acabar com a fome no mundo inteiro.

Esses fatos sobre a alimentação animal não significam que possamos facilmente resolver o problema mundial da fome diante a redução dos produtos de origem animal, mas mostram que, essencialmente, trata-se de um problema de distribuição, e não de produção. Na verdade, o mundo produz alimento suficiente. Além disso, as próprias nações mais pobres poderiam produzir muito mais se fizessem um maior uso das técnicas avançadas de agricultura.

Por que, então, as pessoas passam fome? Os pobres não têm condições de comprar os grãos cultivados pelos agricultores mais ricos. Os agricultores pobres não têm condições de comprar sementes melhores, nem os fertilizantes ou as máquinas necessárias para abrir poços e bombear água. A situação só poderia ser mudada através da transferência de uma parte das riquezas dos países desenvolvidos para os mais pobres.²⁵

Produce-se a quantidade suficiente de alimentos? A resposta é sim. Contudo, há uma distribuição desigual. Os países ricos acumulam bens materiais. Nutrem excessivamente a sua população com proteínas animais o que tem levado a um processo degenerativo. Por outro lado, os países pobres apresentam dados aterrorizantes de subnutrição, que leva à morte por doenças facilmente controláveis através de um sistema imunológico razoavelmente equilibrado.

Atenta-se contra o patrimônio pela carência de bens materiais. Ataca-se o outro ser porque não se reconhece o homem nele, pela coisificação produzida pelo sistema.

Todos os seres integram a mesma malha, fazem parte da mesma grande teia universal. O Direito é apenas parte de uma grande construção teórica que envolve tudo e todos.²⁶ Quer o sistema normativo apreender vida em toda sua complexidade. Mas o que sabe a técnica da vida? Afinal, o que sabe a técnica de si mesmo? Enfim o que sabe o direito da dinamicidade da vida?

Parto da perspectiva de que todos os elementos estejam conectados, onde não se pode desconsiderar a particularidade de cada problema, o universo em ebulição que há em cada ser humano. Não há um ser igual ao outro. Todos os elementos são partículas da grande vida universal, são células do infinito corpo universal. Neste sentido adverte Jung:

²⁵ SINGER, Peter. Op. cit, p. 231-2.

²⁶ OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito e internet** – a regulamentação do ciberespaço. Florianópolis : UFSC-CIASC, 2002, p. 2-3.

Cada paciente constitui um problema novo para o analista e ele apenas conseguirá a cura de sua neurose se o orientarmos na procura individual da solução de seus conflitos.²⁷

O operador do direito, preso à programação pertinente, consegue ver isso? A violência, afinal de contas, não parte do próprio Estado? A violência não é a marca da sociedade patriarcal, desde os seus primórdios? Os regimes autoritários não se caracterizam pela violência?

Quantas pessoas foram agredidas e perderam a vida nas ditaduras existentes no mundo? Não existem pessoas que querem continuar delinquentes? Não é um direito delas? Sim, porém responderão pelos seus atos.

Responde Jung:

Certa vez, em conversa com um chefe de uma grande instituição EUA para crianças delinquentes, tomei conhecimento de uma experiência extremamente interessante. Lá eles estabeleceram duas categorias de crianças. A maior parte, quando chega à instituição, sente-se melhor, desenvolvendo-se normalmente, e eventualmente consegue sair do que era o seu mal inicial. A outra categoria, minoritária, torna-se histérica quando tenta ser normal e sociável; estes são os criminosos inatos, impossíveis de serem mudados. Para eles a normalidade é o erro. Nós também nos sentimos muito bem quando temos de atuar com perfeição. E isso porque não somos seres perfeitos. Os hindus, ao construírem um templo, deixam um canto sem terminar; só os deuses criam com perfeição. É preferível reconhecer a própria falha, aí a gente se sente melhor. É o que se dá com essas crianças e também com nossos pacientes. Iludir as pessoas e levá-las a um nível superior à sua verdade constitui uma falsidade. Se está num homem a possibilidade de adaptar-se, vamos então ajudá-lo de todas as formas possíveis; mas se sua missão realmente é não adaptar-se, façamos o esforço de deixar-lhe livre esse caminho, pois só assim ele estará bem. O que seria do mundo se todos fossem bem ajustados? Haveria um tédio sem fim. É preciso que alguém se comporte de maneira errada, sendo o bode expiatório e objeto de interesse das outras pessoas. Imaginem o quanto devemos ser gratos às histórias de detetives e aos jornais, por podermos dizer: 'Graças a Deus não sou o fulano que cometeu um crime, sou uma criatura s perfeitamente inocente'. Sentimo-nos satisfeitos porque a pessoa perversa por nós. Este é o sentido profundo de Cristo, enquanto redentor, ter sido crucificado entre dois ladrões; eles também, à sua maneira, eram redentores da humanidade, eram os bodes expiatórios.²⁸

Se estão todos interconectados, o crime não foi praticado por uma única pessoa, mas por todas. O crime é resultado da cultura, da genética, da vida, do desequilíbrio necessário

²⁷ JUNG, Carl Gustav. **Fundamentos da psicologia analítica**, p. 169.

²⁸ Ibidem, p. 89-90.

para a manutenção do equilíbrio do corpo societário. Assim, questiona-se se o Estado tem o direito de corrigir dos diferentes.

É indiscutível a crise que enfrenta a estrutura de poder patriarcal. Nos EUA mais de 50 % não vota. No Brasil, os dados são semelhantes, se forem levados em consideração os recados contidos nos votos brancos e nulos. Há cultura política materialista que se reflete em todos os segmentos da sociedade e que não prioriza a manutenção da vida.

Os cuidados médicos que são aconselhados trazem fortes interesses econômicos. Drogas mais potentes são fabricadas para debelar processos tumorais ou infecciosos em organismos cada vez mais enfraquecidos. Não suporta mais a sociedade o ódio ideológico, que parte tanto da direita como da esquerda, tanto da ciência quanto da religião.

A violência está no todo. E está em cada parte do caleidoscópio.

De modo que este mundo, este ser, esta verdade, este universo, este infinito, esta imensidão se acham inteiros em todas as suas partes, de tal sorte que ele [o mundo] é o próprio ubique. Daí que aquilo que está no universo (e mesmo que o seja com relação aos outros corpos particulares), acha-se por toda a parte segundo o modo de sua capacidade; está em cima, embaixo, no meio, à direita, à esquerda, segundo todas as diferenças locais, porque na totalidade infinita há todas estas diferenças e não existe nenhuma delas. Toda coisa que captamos no universo, porque encerra em si mesmo o que está todo inteiro por toda parte, em seu modo toda a alma do mundo (...); esta alma está inteira, independentemente de quais partes do universo.²⁹

Cada fenômeno apresenta-se na sua multidimensionalidade natural. Cada ser é resultado da interação de múltiplos fatores genéticos, históricos, ambientais, que se unem para dar a identidade de todo o homem. Como podemos aplicar a lei genérica, sem levar em consideração as peculiaridades de cada caso submetido à Justiça?

Assim, a violência não pode ser analisada como um fenômeno isolado, dissociado do todo. Faz parte da vida, estando presente em cada elemento, em cada partícula do universo. Todos são violentos e, paradoxalmente, buscam a paz. Incitar ainda a mais a violência se constitui num procedimento inadmissível quando se está diante da hipercomplexidade da vida.

²⁹ BRUNO, Giordano. **A causa, o princípio e o uno**. Trad. Atílio Cancian. São Paulo : Nova Stella, 1988, p. 122.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A violência faz parte da vida. Não será eliminada. Contudo, precisa-se compreendê-la. A violência decorre do próprio sistema patriarcal que tudo impõe. O sistema penitenciário não consegue manter a paz social porque ele próprio se constitui num sério problema. Onde colocar tantos presos?

O sistema penitenciário faz uso da violência para dar uma resposta da sociedade. Logicamente que assim não se chegará a lugar algum.

A reincidência é uma demonstração da incapacidade do sistema de recuperar os presidiários. Daí a necessidade, num primeiro momento, de haver uma preocupação, por parte das autoridades e comunidade, de criação de programas tendentes ao acompanhamento dos egressos. Somente assim se poderão minimizar os efeitos prejudiciais do sistema repressivo.

Contudo, o que se vê é que a pena privativa de liberdade, a cada dia, goza de menos prestígio. Cada vez mais são substituídas por penas restritivas de direitos, que se constituem em medidas salutaras, porquanto se trata de fórmulas mais pedagógicas para que cada indivíduo possa reaprender a viver em sociedade.

O tratamento dos dois processos em questão nos apresentou as suas especificidades e a maneira como a Justiça se porta de caso a caso. No primeiro caso é marcante a rapidez com que é resolvido, tal como a condenação dos criminosos. Neste mesmo exemplo, a família do jovem assassinado, pertencente à elite uberlandense, mobiliza diversos caminhos para se apurar o crime, além de conseguirem também arquitetarem a formação de uma organização não governamental chamada (Re)Ação, vinculando propagandas no rádio e na televisão locais com o grande intuito de questionarem a violência na cidade.

Este trabalho não teve a pretensão de inovar a discussão no que tange toda a complexidade envolvendo a temática da violência, mas colocar na pauta o grande problema que enfrentamos. Este é um problema enfrentado em todo o país e o questionamento fica: qual o nosso papel diante de tudo que temos presenciado em relação à violência?

FONTES

- **Processos-Crimes**

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Autos. nº. 702.020.007.705 / 2002.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Autos. nº. 702.980.099.854 / 1998.

- **Jornais**

- Correio de Uberlândia
- Folha de S. Paulo

- **Filmes**

- PIXOTE – a lei do mais fraco. Direção: Hector Babenco. Brasil: Embrafilme, 1980. 1 filme (127 min), son.,color.
- CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: Miramax. 2002. 1 DVD (130 min), son.,color.
- CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Brasil: hb Filmes, 2001. 1 DVD (123 min), son.,color.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRUNO, Giordano. **A causa, o princípio e o uno**. Trad. Atílio Cancian. São Paulo : Nova Stella, 1988.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. USP: São Paulo, 2001.

FELIX, S. A. Crise Social e Criminalidade: a desintegração dos laços sociais. **Cadernos da F F C**, v.8, n.2, 1999.

FERRAZ, Hermes. **A Violência Urbana**. São Paulo: Ed. João Scortecci, 1994

FREYRE, Gilberto, **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983

GIANINI, R. J. - LITVOC, J. - ELUF NETO, J. Agressão física e classe social. **Revista de Saúde Pública**, v.33, n.2, 1999.

JUNG, Carl Gustav. **Fundamentos da psicologia analítica**. Trad. Araceli Elman. 7^a ed. Petrópolis : Vozes, 1996, p. 117

KODATO, S. - SILVA, A. P. S. Homicídios de adolescentes: alguns fatores associados. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v.13, n.3, 2000.

LEITE, M. S. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, 2000.

LEITE, M. S. P. Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade em pé de guerra. **Proposta**, n.66, 2000.

LOPES, V. M. Q. C. A violência na disciplinarização do espaço urbano em Uberlândia: representações e imagens, 1950-1980. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v.13, n.26, 2000.

MACHADO, M. C. T. - LOPES, V. M. Q. C. A violência na disciplinarização do espaço urbano em Uberlândia - 1950-1980. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v.13, n.26, 2000.

MACHADO, M. S. K. Os jovens e a violência. **Radical**, v.15, 1998.

MENEGHETTI, Antonio. **Sistema e personalidade**. Trad. Alécio Vidor e Maria Tereza Albiero. Porto Alegre: Associação Brasileira de Ontopsicologia, 1994.

MINAYO, M. C. S. Deslevades, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, n.1, 1998.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. 3ª Ed. Brasiliense: São Paulo, 1981.

ODÁLIA, Nilo, **O que é Violência**, 6ª ed. S.P: Brasiliense, 1991

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito e internet** – a regulamentação do ciberespaço. Florianópolis : UFSC-CIASC, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves; José Murilo de Carvalho; Leandro Piquet Carneiro; Mario Grynszpan. **Cidadania, Justiça e Violência**. 1ª Ed. Fundação Getulio Vargas: Rio de Janeiro, 1999.

PAOLI, Maria Célia; Maria Victoria Benevides; Paulo Sérgio Pinheiro; Roberto da Matta. **A violência brasileira**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

PORTELLA, E. M. Brasil, modernidade no vermelho. **Revista do Núcleo de estudos sobre a violência** da USP, 2000.

PORTO, M. S. G. A Violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social**, v.12, n.nº 1, 2000.

PORTO, M. S. G. Violência, Criminalidade e meios de comunicação de massa na Sociedade Pós-moderna. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público**, v.8, n.16, 2000.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

ROCHA, R. P. A violência dramatiza ressentimentos. **Revista do Geempa**, n.7, 1999.

SAMPAIO, M. R. A. Violência e Exclusão Sócio Espacial. **Anais**. IV Congresso Brasileiro de Vitimologia., 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violência em tempo de globalização**. Hucitec: São Paulo, 1999.

SILVA, Jeanne. **Sob o Jugo/Jogo da Lei**: confronto histórico entre Direito e Justiça. Uberlândia: Edufu, 2006

SILVA, Y. F. e A Aceitabilidade da Violência: para além das palavras. **Cadernos do Necivisa**, v.2, n.2, 2000.

SILVA, Y. F. e - COMINESI, T. A. **A Mídia Como Espaço Formativo e de Aceitabilidade da Violência**. Vozes Diálogo, 1998.

SILVEIRA, Anny Jakeline Torres. A cerca da leitura das cidades. **Varia História**, B.H, set/96, n. 16

SINGER, H. Mitos e Dados Sobre A Violência Nas Grandes Cidades. **Caramelo**, v.1, n.9, 1997.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

TAKEUTI, N. M. Medo e violência no espelho dos media. **Revista Vivência**. Natal/RN, v.12, n.2, 1998.

TAVARES dos Santos, J. V. - HESPANHA, P. Globalização, conflitualidade e violência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 57/58, 2000.

_____. Novos processos sociais globais e a violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.03, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. (vol. 2). Belo Horizonte/São Paulo/Rio de Janeiro: Itatiaia/Edusp/Eduff, 1978.

VITA, Á. Ética política e mal-estar na sociedade. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.3-4, 1999.

ZALUAR, A. M. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.3, 1999.